

## MEIO AMBIENTE

# Protestos contra o “PL da Devastação”

O projeto, que afrouxa as regras para o licenciamento, tramita em caráter terminativo na Câmara e preocupa ambientalistas

» VANILSON OLIVEIRA

Diversas cidades brasileiras registraram, ontem, manifestações contra o Projeto de Lei 2.159/2021, que muda as regras sobre o licenciamento ambiental, apelidado por ambientalistas de “PL da Devastação”.

Os protestos ocorreram simultaneamente pelo menos 11 capitais por todo o país, com a concentração de ativistas, organizações socioambientais, não governamentais, estudantes e cidadãos, mobilizados em defesa da legislação ambiental brasileira.

Em Brasília, o ato foi realizado na Asa Norte. Os manifestantes ocuparam o Eixão do Lazer, na altura da quadra 106, com faixas, cartazes e gritos de ordem. “Marina merece o quê? Respeito! PL da Devastação, não!”, entoavam, em referência à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que não participou presencialmente dos atos, mas foi homenageada com máscaras de papel e mensagens de apoio, em várias cidades. Gritos de “veta Lula e barra Motta”, também eram entoados.

Na semana passada, Marina foi hostilizada por senadores durante uma audiência pública no Senado, quando reagiu a insultos e exigiu respeito. A ministra foi interrompida e atacada verbalmente pelos senadores Marcos Rogério (PL-RO) e Plínio Valério (PSDB-AM), após alertar para os riscos da proposta. “Se ponha no seu lugar”, disparou Rogério, ao que Marina respondeu afirmando que não aceitaria submissão. Plínio afirmou “respeitar a mulher, mas não a ministra”. Sem ouvir desculpas, Marina deixou a sessão.

Além de alertar, um dos focos da mobilização foi pressionar o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a barrar a tramitação do projeto, que foi aprovado em tempo recorde no Senado

Gabriel Silva/E.Fotografia/Estadão Conteúdo.



Em Curitiba, a concentração ocorreu nas Ruínas de São Francisco, ao lado da tradicional feira do largo da Ordem, com faixas e cartazes

Elaine Patricia Cruz/Agência Brasil



Em São Paulo, manifestantes se reuniram na Avenida Paulista

legislação ambiental. Não é apenas este PL, mas um arcabouço de iniciativas que ameaça o equilíbrio dos biomas e a segurança das comunidades”, afirmou.

Ele disse, ainda, que todo o país precisa unir forças para que juntos possam combater e frear a aprovação do projeto de lei e que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a inconstitucionalidade do PL. “Nossa presença no ato foi para defender a natureza e as comunidades como sujeitos de direito. Reivindicamos o veto presidencial e, se necessário, a intervenção do STF para declarar a inconstitucionalidade dessa proposta”, completou.

### O que diz PL

Apresentado como uma medida para agilizar e desburocratizar o licenciamento ambiental, o PL 2.159/2021 estabelece diretrizes nacionais para os procedimentos de autorização de obras e empreendimentos com impacto ambiental. No entanto, especialistas alertam que a proposta abre brechas perigosas.

O texto permite, por exemplo: licenciamento automático por autodeclaração para atividades classificadas como de baixo ou médio impacto; dispensa de licenciamento para atividades agropecuárias tradicionais, manutenção de estradas e portos existentes, e pequenos sistemas de saneamento; regularização de empreendimentos que operam sem licença válida; e uniformização de regras, reduzindo a autonomia de estados e municípios em regular situações regionais específicas.

Apesar de prever punições mais severas para crimes ambientais, organizações de proteção ao meio ambiente alertam que o texto enfraquece o principal instrumento preventivo da legislação ambiental, ignorando o princípio da precaução e favorecendo interesses econômicos imediatos.

Federal e aguarda análise final na Casa Baixa. Os manifestantes também anunciaram uma nova concentração para o próximo dia 5 de junho, data do Dia Mundial do Meio Ambiente, marcada para ocorrer na Esplanada dos Ministérios.

Os atos deste domingo foram registrados em São Paulo, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, João Pessoa, Aracaju, Teresina, Maceió e Manaus, entre outras cidades. Em todas as cidades, o tom das manifestações foi de urgência, resistência e apelo à responsabilidade do governo federal.

### COP30

Em Belém (PA), sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, que será realizada em novembro, representantes da Cúpula dos Povos e da Rede Igrejas e Mineração participaram do ato. Entre eles, o padre Dario Bossi, assessor da Comissão Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que cobrou coerência do governo diante do discurso climático internacional.

“É uma grande contradição que um governo que se prepara para receber a COP30 esteja, ao mesmo tempo, permitindo mudanças que fragilizam a



ROBERTO BRANT

**COM TODAS AS LIMITAÇÕES NATURAIS DO DISCURSO ELEITORAL E MESMO ATENTOS À AVERSÃO DAS PESSOAS ÀS VERDADES INCONVENIENTES, OS CANDIDATOS TERÃO QUE LIDAR COM A HERANÇA DIFÍCIL QUE VÃO ENCONTRAR**

## O ser humano não suporta tanta realidade

Tomei emprestado um verso famoso do poeta T.S. Elliot para especular sobre o que poderão dizer os candidatos à Presidência da República aos eleitores brasileiros nas eleições de 2026.

A dificuldade das democracias atuais é a contradição entre desejos sempre aumentados e a limitação do poder e dos recursos dos Estados, o que produz insatisfação e abre caminho para os populismos insensatos. O mundo é como é, e não como desejaríamos que fosse. Por isso, uma política realista tem que levar em conta que as pessoas reais não estão dispostas a seguir quem lhes oferece apenas o prato frio da verdade e do sacrifício. Ao contrário, estão sempre prontas para serem seduzidas pelas ilusões e

as soluções mágicas.

Há no ar uma vaga esperança de que em 2026 talvez tenhamos o fim do ciclo das velhas lideranças populistas que trouxeram nosso país ao triste lugar onde hoje está, e que uma nova geração tenha a oportunidade de assumir o comando. Apesar de tudo, muita coisa funciona bem no país. Temos hoje alguns Estados e Prefeituras de grande porte muito bem administrados. Deste universo que está dando certo será possível recrutar novas lideranças e começar uma política nova.

Com todas as limitações naturais do discurso eleitoral e mesmo atentos à aversão das pessoas às verdades inconvenientes, os candidatos terão que lidar com a herança difícil

que vão encontrar. Há muito o que mudar, mas o Estado brasileiro está carente de poderes e de recursos.

Um pouco pelo desenho institucional imperfeito criado pela Constituição e um pouco pela fraqueza de sucessivos governos, criou-se um desequilíbrio perverso entre os poderes da República. O Poder Executivo está se tornando um poder desarmado e dependente, incapaz de exercer na plenitude suas obrigações.

O Legislativo e o Judiciário têm invadido as prerrogativas do governo e transformado o Brasil em um lugar em que nada acontece. O governo brasileiro é uma entidade cercada de “nãos” por todos os lados. Qualquer governo para liderar um novo

começo para o desenvolvimento do país precisará primeiro de um Pacto Institucional que devolva o equilíbrio entre os Poderes e restaure as capacidades do Poder Executivo.

A outra herança é a questão fiscal. Os impostos no Brasil são muito altos, mesmo assim a receita do Governo Federal não é suficiente para cobrir as suas despesas. Neste ano de 2025 devemos ter um déficit equivalente a 8,7% do PIB, algo como um R\$ 1 trilhão. Para o ano que vem, o déficit projetado será maior ainda, pois nenhuma medida estrutural de ajuste está nos planos do governo.

Em virtude dos déficits sucessivos, nossa Dívida Pública está crescendo em um ritmo insustentável. Ela correspondia a 51%

do PIB em 2011, passou para 70% no final do Governo Dilma e de 2022 para cá saltou de 71,8% para 79,8% este ano e vai chegar a 84% em 2026. Esta será a dívida que o novo governo herdar.

O crescimento dos déficits produz um falso crescimento de curto prazo. Toda esta imensa expansão fiscal se origina no aumento inexplicável das transferências de renda nos últimos anos. O Bolsa Família, que custou R\$ 40 bilhões em 2015, passou para R\$ 100 bilhões em 2022 e está agora em R\$170 bilhões. Outra transferência de renda, o BPC, que atendia um universo pequeno de pessoas, explodiu a partir de 2022. Este ano, ele custará R\$ 110 bilhões e seguirá crescendo.

O governo alardeia a dimi-

nuição do número de brasileiros em situação de pobreza, mas os programas de transferência de renda crescem sem parar. Para coroar tudo isto, o déficit da Previdência este ano será de R\$ 358 bilhões. São muitos números, mas não há outro modo de mostrar a hemorragia fiscal a serviço de um projeto exclusivo de poder.

Se não desmontarmos esta lógica populista, caminharemos para um rápido colapso do crédito público e do sistema financeiro. Como dizer isso à população e ainda assim vencer as eleições para evitar o abismo para onde caminha o país?

Nações que sobreviveram na história sempre tiveram um momento em que o improvável aconteceu na hora certa.